

# Programa brasileiro e acordos internacionais

GAZETA MERCANTIL

Carlos A. J. Da Costa \*

**A** pesar do muito que já se aprendeu em um ano de crise econômica mundial, o importante programa de ajuste econômico apresentado pelo governo brasileiro repete alguns erros dos primeiros acordos do Fundo Monetário Internacional (FMI) com os países mais afetados pela recente crise mundial. Os primeiros programas de ajuste assinados com a Tailândia, a Indonésia e a Coréia do Sul foram modificados diversas vezes para permitir maior flexibilidade fiscal e mais ênfase na consolidação de uma rede de proteção social que amparasse os trabalhadores mais afetados pela recessão. Foi um processo longo e demorado, que envolveu doze Cartas de Intenções e seis Memorandos de Política Econômica. De uma meta inicial de 1% do PIB para seu superávit fiscal, a Tailândia baixou seu ajuste para um déficit de 3%. A Indonésia e a Coréia seguiram a mesma tendência, ao bairar seus superávits inicialmente planejados em 2% para, respectivamente, 8,5% e 5% de déficit. O FMI não apenas aprovou essas modificações, como também recomendou uma série de medidas para

garantir a sustentabilidade política e social dos programas de ajuste, dentre as quais a elevação dos gastos com investimentos geradores de empregos, ampliação do programa de seguro-desemprego, subsídios temporários a gastos alimentícios, apoio a pequenas empresas para incentivar a criação de novos postos de trabalho, formação de frentes de trabalho em comunidades locais e programas de treinamento para pessoas com dificuldades de encontrar emprego.

A raiz dessas modificações está no entendimento de que a presente crise internacional é eminentemente financeira, e não macroeconômica. Diferentemente de turbulências passadas, a crise atual resulta de problemas de liquidez no mercado internacional, potencializados em alguns países pelos desequilíbrios do sistema financeiro e de grandes corporações apoiadas pelo setor público, ou, como no caso brasileiro, pela inerente fragilidade dos sistemas de câmbio monitorado sem uma autoridade monetária independente. Para uma crise financeira, a solução deve ser

## O ajuste fiscal excessivo, como sugerido nos primeiros acordos fracassados, gera um quadro recessivo

vamente as receitas totais do governo. Além disso, uma contração do Produto Interno Bruto aumenta diretamente a relação dívida pública sobre PIB, indicador importante da sustentabilidade do endividamento do governo. O resultado amargo de um aperto excessivo já foi sentido tanto pelos países do Sudeste Asiático quanto pela Rússia, que um mês depois de assinar um acordo com o FMI – em que propôs um exagerado aumento de impostos –

necessariamente a reestruturação do perfil de endividamento do país, o fortalecimento das instituições bancárias e o desenvolvimento de instrumentos de resolução das dívidas contraídas pelas empresas privadas, o tripé que vem obtendo sucesso nos últimos programas internacionais. O ajuste fiscal excessivo, como sugerido nos primeiros acordos fracassados, gera um quadro recessivo que abala a sustentabilidade macroeconômica

em si, pois se, por um lado, as alíquotas de impostos sobem, por outro, a base tributária – a atividade econômica – diminui, o que afeta negati-

veite que declarar a moratória na sua dívida interna e mergulhou numa crise de proporções assustadoras. O programa russo inicial tornou-se insustentável politicamente, dois primeiros-ministros foram substituídos, o acordo com o FMI abandonado, os recursos internacionais cancelados e hoje a vida de milhões de russos em situação de miséria corre perigo nas vésperas do inverno setentrional.

Ao analisar os programas que estão dando certo, concluímos que os principais passos já foram dados em nosso país, em iniciativas da equipe econômica estrategicamente fundamentais. O sistema financeiro já passou por um profundo processo de solidificação, as empresas privadas possuem um grau de endividamento bastante reduzido do ponto de vista internacional e a situação fiscal primária do governo não é tão grave, especialmente se compararmos com países cujos programas vêm obtendo sucesso nos últimos meses. O desequilíbrio previdenciário, porém, merece atenção urgente, pois em pouco tempo afetará drasticamente as contas públicas, e a conta dos juros da dívida interna vem sendo responsável pelo maior impacto sobre o resultado total do setor público. A questão é como reduzir os juros, o

05 NOV 1998

que por um lado aliviaria as contas públicas e por outro desafogaria o empresariado já apertado pela contração da demanda. A resposta no curto prazo está em reconstruir um nível bastante elevado de reservas através do crédito concedido por organizações internacionais, como o FMI, e no alongamento da dívida interna, o que poderia ser feito através da indexação cambial – como sugerido recentemente por Paul Krugman – ou pela negociação com sindicatos internacionais de bancos credores. Ao mesmo tempo, um conjunto de medidas de cunho social precisa ser tomado com o objetivo de atenuar os

## A independência da autoridade monetária garantiria a estabilidade cambial sem tantos prejuízos para a economia

continuamente nas últimas semanas e precisamos sustentar a estabilidade cambial. Os recursos do FMI são cruciais, bem como uma negociação coordenada com credores internacionais e o alongamento do perfil da dívida pública.

Durante essa epidemia financeira internacional, diversos remédios foram tentados. Alguns fracassaram, outros foram muito bem sucedidos. Mas parece que o Brasil não está aproveitando a vantagem de ser um

dos últimos a sofrer do contágio da crise, ao decidir adotar um tratamento ultrapassado. Vamos esperar que nas negociações com o FMI durante as

próximas semanas o programa seja aprimorado, já que os técnicos do Fundo acumularam suficientes horas de pesquisa, diagnóstico e tratamento para receber o caminho mais adequado que nos leve à recuperação mais rápida e menos dolorosa, e assim voltemos a crescer de forma sustentável e equilibrada. ■

\* Mestre e C. Phil. em economia pela Universidade da Califórnia, Los Angeles (UCLA). Diretor da Faculdade de Economia do Ibmec.